

# As mãos que se lavam pela Constituinte

Para manter o controle da Assembleia Nacional Constituinte o presidente José Sarney precisa dos novos governadores estaduais. Para fazer boas administrações e preparar o próprio futuro, os novos governadores estaduais precisam do presidente José Sarney. Quem fica de fora nessa equação é o deputado Ulysses Guimarães, ainda que, entre os novos governadores, disponha de algumas adesões incondicionais.

As dificuldades econômicas são responsáveis por problemas que o chefe do governo não supunha pudessem ocorrer: a independência da Assembleia Nacional Constituinte diante do Palácio do Planalto. Dos 559 constituintes, ele contava dispor de pelo menos 350, somando-se o PFL e boa parte do PMDB. Apenas as esquerdas ficariam contra ele, e o resultado seria, além de uma Constituição amoldada à postura da Nova República, a fixação tranquila de seu mandato nos seis anos para os quais foi eleito. No máximo, nos cinco anos que fariam retornar a tradição iniciada em 1946. Ninguém, a não ser as esquerdas, imaginava a possibilidade de a Assembleia Nacional Constituinte lutar pela soberania absoluta e ameaçar com a desconstituição dos demais poderes e instituições vigentes.

O incontestável acabou acontecendo, por conta do malogro do Plano Cruzado I. A maioria das bancadas do PMDB sentiu-se desligada do governo e a antes massa silenciosa começou a emitir estranhos sons que identificaram boa parte de seus integrantes com a esquerda independente. Sarney sentiu, de repente, não contar com mais de cem dos 260 deputados federais peemedebistas. Dos 45 senadores, ficou com 25. Agiu com rapidez, nomeando um líder do governo para a Câmara, com atuação específica na Assembleia Nacional Constituinte, podendo, proximamente, designar um líder para o Senado. Ambos, desvinculados das lideranças escolhidas pelas bancadas do PMDB nas duas Casas. Mesmo assim, parece que não vai dar. O presidente conta com a quase totalidade do PFL, cooptou o PTB e o PDS, com pequenas ressalvas, mas o grupo não é suficiente para garantir-lhe a tranquilidade. O impasse verificado na semana passada em torno da votação do regimento interno da Constituinte deixa isso bem claro.

Assim, para ele, a solução repousa nos governadores. Depois do dia 15, quando tomarão posse, eles terão invulgar influência sobre as bancadas federais dos respectivos Estados. Não há senador ou deputado que não ceda aos apelos e às pressões dos governadores. São eles, afinal, que nomeiam e selecionam as forças capazes de reforçar ou de erodir as bases de seus parlamentares. Principalmente na primeira metade de seus mandatos, quando, salvo exceções, não estarão submetidos a desgastes. Dependem deles atuar para dar ao governo federal os contingentes necessários à formação da outra presumível maioria tranquila na Assembleia Nacional Constituinte.

A estrada tem mão e contramão. Porque os governadores, de seu turno, não governam sem o respaldo de Brasília. Especialmente em meio à crise econômica. Muitos precisam do governo federal até para fechar as folhas mensais de pagamento do funcionalismo. Quaisquer projetos capazes de marcar suas administrações dependem da boa vontade e dos recursos do Tesouro Nacional. Principalmente agora que se encontram obturadas as fontes externas de captação de empréstimos.

Na semana que passou não assistimos apenas ao impasse na votação do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Outro, de igual intensidade, foi gerado pelo presidente da República, por certo que com as vistas voltadas para a armação óbvia de que se dá notícia.

A intervenção em cinco bancos oficiais dos Estados demonstra a importância e o poder do governo federal, e foi para os governadores eleitos que Sarney se voltou, convocando-os a Brasília. Os ainda governadores nem foram considerados, apesar de serem eles, pela lei, os responsáveis.

Mais uma explicação surge, nesse contexto, para a recém-encerrada missão Paulo Brossard. O ministro da Justiça procurou todos os governadores eleitos, em suas capitais, levando-lhes a homenagem do governo federal. Conversou com agenda aberta, falou e ouviu sobre temas gerais, mas, sem a menor dúvida, colocou a importância de um entrosamento amplo entre eles e o Palácio do Planalto.

Os governadores, todos menos um pertencentes ao PMDB, estarão agora meditando sobre a melhor estratégia a seguir. Devem lealdade ao partido e à sua direção nacional, que os apoiou para as eleições. Alguns, como Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Waldyr Pires, da Bahia, são ligados umbilicamente a Ulysses Guimarães. Outros, como Miguel Arraes, de Pernambuco, e Henrique Santillo, de Goiás, acozam-se aos dois citados por se ligarem muito mais à esquerda ideológica do partido. Mas nem esses poderão pretender governar desvinculados de Brasília. O que dizer, assim, de Newton Cardoso, de Minas Gerais; Orestes Quércia, de São Paulo; e Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro, sem grandes vínculos com Ulysses e até, durante as campanhas, deixados meio ao sol e ao sereno pela direção partidária?

Salvo prova em contrário, o conjunto de novos governadores parece permeável à influência do presidente da República, por vontade ou por necessidade. Nessa corrida, o governo federal vence a direção do PMDB, bastando referir que Ulysses Guimarães não conseguiu, até agora, reunir todos para, formalmente, tirar proveito de sua liderança. Reuniões foram ensaiadas para dezembro, depois janeiro, finalmente fevereiro, e malograram. Alguns vieram, isoladamente ou em grupo, outros não.

Há, entre os assessores políticos de Sarney, quem esteja passando o carnaval de lápis na mão, somando as colunas de deputados federais e de senadores e marcando, à margem, os mais susceptíveis de ser influenciados pelos governadores, entre os que até agora se mantiveram hostis ou alheios ao Palácio do Planalto e a seus interesses. Na próxima reforma do Ministério, a acontecer após a posse dos novos governadores, haverá lugar para indicações vindas dos Estados. Muitas, aliás. Com isso, é possível que o quadro constituinte se defina, senão agora, ao menos a partir de abril, fazendo a maioria pender para o presidente Sarney. A conjuntura econômica também pesará, é evidente. Caso superada a crise da moratória, e se contida a inflação sem a sombra da recessão, reforçado estará o chefe do governo. Permanecendo e até se ampliando as dificuldades, mais se afirmará a independência da Assembleia Nacional Constituinte, ameaçada de transformar-se em confronto.

A questão do mandato presidencial resume tudo. Formando bancada majoritária, acima e além das filiações partidárias, Sarney evitará a antecipação das eleições e terá seu período de governo fixado em cinco anos, quem sabe até em seis. Deixando de contar com a maioria, assistirá, no mínimo, aos constituintes marcarem eleições presidenciais para o ano que vem, isto é, dando-lhe quatro anos. Pode ser, até, que antecipando o pleito para logo depois da promulgação da nova Carta. Entre as duas hipóteses, estão os governadores eleitos. C.C.

ANC 88  
Pasta 01 a 05  
março/87  
035

## Corrida de fundo

As nove comissões e as 24 subcomissões em que se dividirá a Assembleia Nacional Constituinte, logo depois de votado o seu regimento interno, parecem estar tirando o sono de muita gente. Porque, se haverá lugar para os 559 constituintes, nesse verdadeiro mercado persa, fica evidente que certas funções serão bem mais importantes do que outras. A comissão de sistematização, por exemplo, disporá de ascendência sobre as demais. É, com outro nome e outras proporções, a outrora imaginada grande comissão constitucional, desfeita pela vaidade e o açodamento de muitos. Mestre Afonso Arinos irá presidir-la? A Comissão da ordem econômica é outra disputada. O senador Severo Gomes a reivindicou, mas é contestado tanto à direita quanto à esquerda.

Cada comissão e subcomissão disporá de um presidente, um relator e mais dez integrantes. Ninguém ficará de fora, mas, nem por isso, consegue-se a harmonia entre suas excelências.

### Ganhou de longe

Comentário ouvido num dos corredores do Palácio do Planalto, esta semana, dá conta de que o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, vem ganhando de longe a corrida para a formação do secretariado. Até agora, pelo menos, os nomes que selecionou são de grande representatividade e qualidade, ao contrário do que acontece em outros Estados, inclusive limítrofes.